

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE NOVEMBRO DE 1998
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 09, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 303/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia por 03 sessões, do Projeto de Lei nº 408/98, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Caíto Quintana, que trata da proibição de descontos de débitos na folha de pagamento dos funcionários públicos esta-duais, a fim de que o mesmo possa ser melhor discutido antes de sua votação.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoiamento:

Durval Amaral, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi e João Techy.

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 568/97, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com base no art. 121 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a anexação do Projeto de Lei nº 696/97, de minha autoria, ao Projeto de Lei nº 408/98, que proíbe o desconto de débitos na folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais, que se encontra na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Laércio Uliana, ocorrido no Município de Campo Mourão / PR.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à av. Manoel Mendes Camargo, 457, CEP 87.300-000 - Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Jovem, ativo, sócio proprietário do Escritório Despachante de Trânsito Líder, atuante na comunidade mourãoense, sempre pautou sua vida e atividades com dedicação e honestidade, perdeu a vida tragicamente, deixando uma profunda lacuna na comunidade da nossa região, que só será superada pelos atos e ensinamentos que ele nos deixou.

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Haroldo Gonçalves Netto, ocorrido no Município de Campo Mourão / PR.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à av. Goioerê, 1164 - CEP 87.300-000 - Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Membro de família tradicional da região de Campo Mourão, o Senhor Haroldo, como era carinhosamente tratado por todos, teve sua vida totalmente dedicada ao bem estar da comunidade regional. Vereador em dois mandatos, na Câmara Municipal de Campo Mourão, sempre com expressivas votações. Teve atuação de destaque em todos os acontecimentos relevantes daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência às famílias de Marly Nairne Bizzani, Eraldo Salton e Oswaldo Alves Filho, funcionários do IAPAR de

Londrina, manifestando votos de profundo pesar pelos seus falecimentos, ocorridos no dia 10.11.98.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Funcionários do IAPAR de Londrina - PR, Marly Nairne Bizzani - Advogada da Auditoria Interna; Eraldo Salton - Assistente Administrativo do Departamento de Suprimentos e Patrimônios, e Oswaldo Alves Filho - Técnico Agrícola da Estação Experimental de Londrina, faleceram em acidente rodoviário ocorrido no dia de ontem, na Rodovia do Café, durante viagem a serviço da instituição.

O sistema de agricultura do Estado do Paraná, do qual o IAPAR é integrante, sofre uma dura perda e fica uma lacuna de difícil preenchimento, pelas suas dedicações e condutas exemplares.

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Comunidade Polonesa, alusivos aos 80 anos da independência da Polônia, comemorados na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Cônsul Geral da Polônia, Senhor Marek Makowski, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Agostinho de Leão Júnior, 234, CEP 80030-110, e também, ao Presidente da Federação Polônica no Brasil, Senhor Anísio Olesky, através de correspondência a ser encaminhada aos cuidados da Sociedade União Juventus, a Rua Carlos de Carvalho, 2100, CEP 80730-201, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Loja Maçônica Verdade Real, alusivos ao IX Encontro de Estudos que ocorrerá no próximo dia 14 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Carlos Alves de Souza, através de correspondência a ser encaminhada a Pça. Zacarias, 46 - CEP 80020-080, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de congratulações a todos os acadêmicos que formarão a Academia Paranaense de Letras Jurídicas, expressando na pessoa de seu Presidente Doutor João Casilo.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de louvor e congratulações para com o jornalista Claudio Manoel da Costa, pelos 25 anos de jornalismo sério e competente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Deodoro, 630, conjunto 304 - Centro - CEP 80010-010 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política dos municípios de Planalto, em 11 de novembro; Realeza, em 12 de novembro; Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, em 14 de novembro, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos Municipais e às Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Situados no Sudoeste do Estado, os Municípios que comemoram neste mês de novembro seus aniversários de emancipação política, vêm se desenvolvendo de forma expressiva, através do trabalho conjunto do Executivo, Legislativo e suas respectivas comunidades.

Na qualidade de representante da região, unimo-nos às festividades de comemoração, para congratularmo-nos com os Prefeitos, Câmaras Municipais e população em geral dos municípios aniversariantes, na certeza de que, com o trabalho

de todos, o desenvolvimento da região será cada vez maior.

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos à Biblioteca Pública Municipal de Cascavel, pela passagem de seus 34 anos de fundação, a ocorrer no dia 11 de novembro de 1998.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(aa) EDGAR BUENO

PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Com 34 anos de fundação, a Biblioteca Pública Municipal de Cascavel, considerada modelo pelo Ministério da Cultura, vem recebendo nos últimos anos uma série de melhorias, que garantiram a instalação de novas salas e mais conforto para os seus usuários.

Fundada em 11 de novembro de 1964, durante a gestão do Prefeito Otacílio Mion, a Biblioteca continua sempre em processo de modernização e implantando novos serviços como a fonoteca, videoteca, cinemateca, Banco de Dados do Instituto Cultural Itaú, Internet, Espaço Cultural Abril, Sala de Periódicos, além de outras salas para leitura, pesquisa e exposições e inclusive uma sala para o Clube de Xadrez.

Merece, portanto, os votos de congratulações desta Casa de Leis e o incentivo para que continue nesta linha de desenvolvimento e modernização.

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Comunidade Polonesa, alusivos aos 80 anos da independência da Polônia, comemorados na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Cônsul Geral da Polônia, Senhor Marek Makowski, através de correspondências a ser encaminhada a Rua Agostinho de Leão Júnior, 234, CEP 80030-110 e, também ao Presidente da Federação Polônica no Brasil, Senhor Anísio Oleksy, através de correspondência a ser encaminhada aos cuidados da Sociedade União Juventus, a Rua Carlos de Carvalho, 2100, CEP 80730-201, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Digníssimo Deputado José Tavares, solicitando providências contra o Plano de Saúde Paraná Assistência Médica Ltda. - PAM, com a instauração de processo administrativo visando a modificação de cláusula contratual e restabelecimento da cobertura de vida, sob pena de aplicação de multa e suspensão temporária de atividade, em razão das cláusulas abusivas impostas aos mutuários, conforme artigo 14 do contrato padrão, principalmente do inciso VII e VIII anexos.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente em Maringá, o Plano de Saúde em referência negou prosseguir a cobertura de tratamento a uma paciente em estado grave, alegando que seu quadro clínico era irreversível.

Este procedimento é uma das restrições previstas na cláusula 14 - VIII, do contrato padrão, que constitui cláusula abusiva, e portanto nula de pleno direito conforme artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor.

Diante disso solicito providências urgentes por parte dessa Secretaria de Estado.

Identificação do Plano de Saúde:

Paraná Assistência Médica Ltda.

Av. XV de Novembro, 1.058 - 1º andar

CEP 87013-230 - Maringá - PR.

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, Doutor Gilberto Giacóia, solicitando providências contra o Plano de Saúde Paraná Assistência Médica Ltda. - PAM, com a instauração de processo administrativo visando a modificação de cláusula contratual e restabelecimento da cobertura de vida, sob pena de aplicação de multa e suspensão temporária de atividade, em razão das cláusulas abusivas impostas aos mutuários, conforme artigo 14 do contrato padrão, principalmente do inciso VII e VIII anexos.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente em Maringá, o Plano de Saúde em referência negou prosseguir a cobertura de tratamento a uma paciente em estado grave, alegando que seu quadro clínico era irreversível.

Este procedimento é uma das restrições previstas na cláusula 14 - VIII, do contrato padrão, que constitui cláusula abusiva, e portanto nula de pleno direito conforme artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor.

Diante disso solicito providências urgentes por parte dessa Secretaria de Estado.

Identificação do Plano de Saúde:

Paraná Assistência Médica Ltda.

Av. XV de Novembro, 1.058 - 1º andar

CEP 87013-230 - Maringá - PR.

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Cleuza Maria Miranda de Lara, residente à Rua 2, casa 13 - Jardim Valença, que solicita reparos nessa rua e nas outras desse bairro, tendo em vista as mesmas encontrarem-se intransitáveis. Pede ainda, iluminação pública na única rua que dá acesso ao Jardim Valença, a qual fica às escuras à noite, causando muito medo e apreensão em toda a comunidade. Com o atendimento do presente, todos os moradores serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Ieda Alves dos Santos, que pede o conserto da ponte situada à Rua Sebastião Gonçalves Pinto. Devido a falta dessa ponte, o ônibus infelizmente não pode passar pelo local, prejudicando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 447/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 1º, renumerando o parágrafo único, da Lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998, que dispõe sobre transporte coletivo de passageiros:

“Art. 1º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Os serviços serão outorgados independentemente da data do desmembramento do município em que a empresa estiver prestando os serviços respectivos”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de ampliar o entendimento da Lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998, que dispõe sobre transporte coletivo de passageiros.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 448/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota foi fundada com o objetivo de promover o conagraamento social e o aprimoramento cultural entre seus associados. A associação objetiva, também, integrar toda a comunidade na busca de um aprimoramento do ensino ministrado nos estabelecimentos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 449/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Ribeirão Claro, uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

Parágrafo Único - O órgão de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Ribeirão Claro um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Ribeirão Claro e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos, da criação das CIRETRANS no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Ribeirão Claro.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 450/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos com sede e foro no Município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é feito de conformidade com o disposto na Lei nº 6994, tendo em vista que a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos - APROLE, situada no Bairro Leonardos, Município de Reserva - PR, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 1º do referido diploma legal.

Associação dos Produtores Rurais de Leonardos - APROLE, fundada em 2 de maio de 1998, é uma entidade, sem fins lucrativos, tendo por objetivo: a união das pessoas que se dedicam a atividade agrícola, pecuária, avícola, hortifrutigranjeira, floricultura, piscicultura, apícola ou extrativas e artesanais, estimulando o desenvolvimento progressivo

e a defesa de seus interesses comuns, além da prestação de bens e serviços.

Está devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Reserva - PR, sob nº 70, folhas 59, do livro A-1, de pessoa jurídica e encontra-se cadastrado no CGC/MF sob nº 02.518.422/0001-85.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 006/98.

Do exposto, e tendo em vista que sua diretoria não possui nenhuma forma de benefício ou remuneração, bem como seus associados, estando desenvolvendo suas atividades na maneira determinada em seus estatutos, esperamos a aprovação do soberano Plenário desta Casa, da declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 451/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Retira da 20ª Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, criada pela Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, e instalada pelo Decreto nº 4282, de 24 de abril de 1998, o Município de Sulina, retornando-o à jurisdição da Região Administrativa de Pato Branco.

Art. 2º - A alteração à que se refere o Artigo 1º desta lei, inclui a retirada do Município de Sulina dos respectivos Núcleos Regionais das Secretarias de Estado criados pelo Artigo 2º do Decreto 4282 e dos demais citados pelo parágrafo único do mesmo artigo, retornando-o para a jurisdição dos Núcleos da Região Administrativa de Pato Branco.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A origem no presente projeto de lei, deu-se em função de documentação recebida por este Parlamentar, assinado pela Senhora Carla Maria Reichert, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes e pelo Senhor Amarildo Fabiane, Secretário Executivo da Prefeitura Municipal de Sulina, e com o apoio da Câmara Municipal desse município.

Considerando que todos os interesses do povo de Sulina sejam eles de cunho econômico, social ou educacional, são resolvidos na região de Pato Branco, e, a mudança para a Região Administrativa de Laranjeiras do Sul, implicará em uma alteração radical dos costumes da sua população,

além do que, representará um considerável aumento de despesas para todos os setores sulinaenses, resolvemos solicitar o retorno desse município à jurisdição da Região Administrativa de Pato Branco.

Esta é uma solução que vem de encontro aos interesses de toda a população de Sulina.

Ao tomarmos conhecimento do Ofício nº 045/98, datado de 26 de outubro de 1998, que solicita a alteração proposta neste projeto de lei imediatamente fizemos um requerimento que foi aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando providências do Senhor Governador do Estado, para que tal alteração fosse procedida.

Enviado para obter um parecer da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, anexamos cópia do referido parecer exarado pela Coordenadoria do Planejamento Institucional - CPN, o qual foi favorável ao pedido, com as seguintes palavras: "Face ao exposto, julgamos pertinente a reivindicação do Deputado autor do requerimento, para que o município de Sulina retorne a jurisdição da Região de Pato Branco..."

Como esta alteração pressupõe a alteração da Lei nº 11.353/96, estamos apresentando o projeto de lei que apresenta a alteração necessária para que os desejos dos administradores e povo de Sulina sejam devidamente atendidos.

Esta é a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Orlando Pessuti.

Não havendo oradores no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença entre nós dos Vereadores do Município de Cambira, Sr. David Batista, Senhor Francisco Tomazi e o Claudio Soti, que com suas presenças ilustram os trabalhos de hoje da Assembléia Legislativa do Paraná.

O segundo motivo da nossa presença nessa Tribuna, foi principalmente por uma conversa bastante interessante que tivemos na tarde de ontem com o Deputado Edson Silva Lino. O Deputado nos alertava para uma série de ações judiciais que estariam acontecendo no Município de Grande Rios e em municípios possivelmente da nossa região. Fomos em busca de informações a respeito do assunto que ele nos passava no dia de ontem. E, hoje pela manhã, quando líamos o Jornal Gazeta do Povo, na 13ª página, encontramos lá uma reporta-

gem bastante ampla, sobre o assunto que o Deputado Edson Lino nos repassava na tarde de ontem. Diz a Manchete: "Produtores acusam ONGS ambientais depressionados, muitos se dizendo assustados com o alto custo de possíveis processos, alegam que acabaram fazendo acordo com as Organizações". Na realidade o que vem acontecendo, e isso não acontece, Deputado Edson Lino, apenas no Município de Grande Rios. É que em função da Lei Agrícola, Lei nº 8.171 de janeiro de 1971, em função do Código Florestal, existe a obrigação dos produtores rurais de manterem uma reserva legal em suas propriedades. E o que vem acontecendo é que algumas Organizações não Governamentais, entidades ligadas ao meio Ambiente, estão indo em Municípios, fazendo as verificações que entendem serem necessárias de se fazer, e constatando que esses proprietários rurais não tem a devida averbação dessa reserva legal nos registros de imóveis, amparados no Código Florestal, que determina essa reserva legal de 20% da propriedade, estão ajuizando ações nas Comarcas respectivas desses municípios e onde estão as propriedades rurais. E isso causado realmente um grande transtorno aos produtores rurais.

Seria muito importante que todos os Senhores Deputados desta Casa, tomassem o devido cuidado e obtivessem todas as informações, porque isso está indo de uma forma muito rápida, muito veloz, contra os produtores rurais do nosso Estado. Não quero aqui dizer que a Associação de Defesa do Meio Ambiente está certa ou errada. Não quero dizer aquilo que o jornal está dizendo, o que alguns produtores disseram que, nessas ações não estariam existindo nenhuma motivação de caráter em defesa do meio ambiente, mas sim, o interesse tão somente em busca de honorários advocatícios, já que essas entidades para ajuizar essas ações, contratam advogados para tanto.

Queria dizer aqui que, devemos estar atentos a isso que está acontecendo, porque a lei agrícola nº 8.171 de 17 de janeiro de 1971, não teve ainda a devida e necessária regulamentação para dizer como, de que jeito e quando o produtor terá que recuperar aquela área degradada, devastada. A lei estabelece em um dos seus artigos e o próprio código florestal também, um prazo de vinte anos para que o proprietário rural possa fazer isso. Vejam bem, temos um prazo muito longo pela frente. Fomos buscar algumas informações, e tomamos conhecimento hoje quando fazíamos a leitura do informativo "Paraná-Cooperativo" da OCEPAR, onde o Deputado Moacir Miquiletto apresentou, e fomos buscar a cópia desse requerimento, apresentou na Comissão de Agricultura e Política Rural, na Câmara dos Deputados o Requerimento 39/98 que diz o seguinte:

"Requeiro nos termos do Artigo 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realiza-

ção de audiência pública para discussão e encaminhamento de proposta de suspensão temporária, via medida provisória da exigibilidade do Código Florestal, no que se refere a reserva legal, de modo a se criar condições para regulamentação da Lei 8.171 de 17 de janeiro (Lei Agrícola). O objetivo é coibir a atuação de Associações de Defesa do Meio Ambiente que, mediante ações civis públicas venham obrigando proprietários rurais a cumprirem os 20% da área da propriedade para efeito de reserva legal, conforme exigência do Código Florestal na ausência da regulamentação da lei agrícola. O que vem impondo ao produtor rural pesados encargos honorários advocatícios e outras custas processuais totalmente insuportáveis na atual conjuntura da crise do setor agrícola."

O que nos leva à Tribuna no dia de hoje é, que nós também, Comissão de Agricultura, Presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, a Comissão de Meio Ambiente desta Casa, o nosso Bloco Agropecuário que possamos fazer alguma coisa, no sentido de ajudar a implementação dessa suspensão temporária da exigibilidade da reserva legal, conforme estabelece o Código Florestal. E, agilizarmos, aqui na Assembléia, para que a Câmara Federal possa também desenvolver ações junto aos ministérios competentes do Meio Ambiente e da Agricultura Agrícola Nacional possa ser regulamentada, dando aos produtores rurais todas as informações, todas as condições para que possam restabelecer, a nível de sua propriedade, possam definir, através de um projeto de manejo integrado de solos e água, possam fazer parceria com os agrônomos, os engenheiros florestais fazer o planejamento adequado da sua propriedade, do ponto de vista, de se implantar, efetivamente, essa reserva legal dentro daquilo que estabelece a lei, dentro daquilo que estabelece o Código Florestal, mas estabelecer isso com critérios, com calma e sem esta pressão que hoje está existindo em cima dos produtores rurais, por algumas Entidades Ambientais, que certamente estão se motivando em cima do Código Florestal, mas sem a devida análise de que a Lei ainda não foi plenamente regulamentada. Então, nós pudéssemos dar aos produtores rurais este prazo, dar a eles esta oportunidade e junto com as Entidades Ambientais do Paraná, sejam ONGs ou não, junto com as Entidades Federais, encontrarmos a melhor forma, a melhor maneira de resolvermos o problema, sem que tenhamos que partir para esta disputa, para esse embate judicial que só está causando tristeza e muita despesa aos produtores rurais.

Concedo o aparte ao Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão da Agricultura.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Orlando Pessuti, agradeço o aparte que V.Exa. me concede. Acho que a nossa discussão com relação a esta questão, ela deve ser, além, de apenas solicitar que seja dado um prazo aos agricultores, se dê um período de carência aos agricultores até que seja revista ou regulamentada a Lei Agrícola.

Acho que a discussão é mais profunda até por que, veja bem, tem que haver uma diferenciação, principalmente em relação ao pequeno Agricultor. São milhares de pequenos agricultores, que por exemplo, tem lá 5 ou 6 alqueires de terra ou, 2 ou 3 alqueires e geralmente na parte mais íngreme, na parte mais inóspita é que o agricultor usa para pastagem, faz lá o local para criação de pequenos animais ou mesmo para a criação de gado de leite, e para ter sua vaca de leite lá, o pequeno agricultor faz na sua área a sua pastagem. Não é possível que o nosso pequeno agricultor tenha que dispor de 20%, quem sabe da melhor área ele tenha, para fazer o cultivo que já é de sua subsistência, para fazer ali a reserva legal.

Acho que tem que ser rediscutido o Código Florestal, até por que as propriedades que estão colocadas como lindeiras aos rios e que já tem que ali a Mata Ciliar em alguns locais, por exemplo, aonde o rio atinge mais de 100 metros, é a metade da largura do rio, que tem que o agricultor deixar, para que ali tenha a restauração da Mata Ciliar. Mas a Reserva Legal, que deve ser averbada, evidentemente, vai ter agricultor, que não vai ter condições de plantar na sua propriedade.

Os nossos companheiros que representam o interior do Paraná, certamente vão se deparar com esse problema que Vossa Excelência alerta, nesse momento, na Tribuna. na minha opinião, nós temos que enviar uma moção ao Congresso Nacional, que seja revisto esse artigo do Código Florestal que conheço bem, Pessuti, porque fui funcionário de carreira do Instituto Ambiental do Paraná. Aonde pequenos agricultores que compraram, adquiriram as suas propriedades, principalmente, quando as propriedades já não tinham sequer nem 10%, da sua área como Reserva Florestal, e que agora terão que ter por força de ação judicial, impetrada aí por alguns movimentos ambientais, que nós não temos que ser contra movimentos ambientais, porque afinal de contas se pretende a preservação ambiental. O que é importante! Mas, não se pode admitir que os nossos agricultores sejam penalizados, na verdade, numa contradição que tem o Código Florestal, que muitos dos agricultores não terão como ter averbada 20%, da sua área agrícola para obter ali a sua Reserva Legal, sabendo que esses 20% vão representar a necessidade básica que o agricultor tem de fazer o seu plantio para ter a sua sobrevivência.

Então, acho que nós deveríamos fazer um Requerimento, para ser enviado ao Congresso Nacional, ao Ministro do Meio Ambiente, enfim, as autoridades a quem compete a mudança desse artigo do Código Florestal. Tem que haver Reserva Legal? Tem, sem nenhuma dúvida, mas tem que haver uma diferenciação, porque é diferente as áreas inexploradas que podem ser averbadas e que devem ser averbadas como Reserva Legal de uma propriedade. Até para aqueles que queiram explorar a mata que ainda existe nas suas propriedades, do que aquele agricultor que tem que destinar vinte por cento da sua área para uma reserva florestal a ser averbada em cartório, porque se não, terá ele que responder judicialmente se não houver essa averbação. Eram as considerações. Todos temos que estar preocupados com isso porque essa questão vai influenciar a todo o setor fundiário do Paraná e principalmente dos pequenos produtores do nosso país.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço pelo aparte que nos oferece e o incluo em nosso pronunciamento e da mesma forma, agradeço ao Deputado Edson Silva Lino pela lembrança que nos fez no dia de ontem, desse assunto, porque é um assunto que vai tomar conta de discussões pelos sindicatos e associações do interior do Paraná. Entendo que nós parlamentares, principalmente aqueles que têm compromisso permanente com o setor produtivo rural, temos que estar orientados e devidamente instruídos para assessorar aos nossos produtores rurais e adotar as medidas que devemos adotar. Nesse sentido, conclamamos ao Deputado Zucchi para que façamos no decorrer desta semana ou da semana que vem, uma reunião da Comissão de Agricultura, do Bloco Agropecuário, e possamos, quem sabe, trazer algumas autoridades ligadas a esse setor, mas que acatemos desde já a sugestão de V.Exa. para que mandemos ao Congresso Nacional, manifestação no sentido de que se suspenda a exigibilidade do Código Florestal com referência a essa reserva legal e peçamos a pronta regulamentação da Lei nº 8.171 para que os produtores rurais possam ter tranquilidade e devida e necessária orientação e normatização de como proceder para restabelecer a nível da sua propriedade, a reserva legal que hoje não existe e que está, por via judicial sendo cobrada por algumas entidades ambientais, o que encarece o dia a dia dos produtores, causando a eles, despesas pesadas nesse momento de crise que estão vivendo.

Gostaria também de dizer que o Congresso Nacional vem trabalhando com muito afinco e com muita determinação, principalmente os nossos Deputados ligados ao nosso setor produtivo rural

e que na semana passada, na última quinta-feira, conquistaram os nossos Deputados que atuam na frente da agropecuária do Congresso Nacional, a prorrogação da parcela da securitização vencida no último dia 30.10.98. É lógico que esta conquista não é geral e irrestrita. A prorrogação vem analisando cada caso, caso a caso, olhando se teve o produtor frustração na sua safra, ou se teve algum fator que o impeça de ter condições de saldar a sua dívida perante as instituições financeiras. Foi um avanço e mais uma vez, cabe aqui a nós, registrar o nossos contentamento pelo trabalho que parlamentares paranaenses, como Abelardo Lupion, como Moacir Micheletto, como Dirceu Sperafico, como Padre Roque, como Odílio Balbinotti, como José Borba estão fazendo à frente da agricultura do Estado do Paraná, defendendo os interesses do nosso Estado, dos nossos produtores rurais. É pena que nós aqui no Estado do Paraná não tenhamos ainda conseguido sensibilizar o Governo Jaime Lerner, no que diz respeito às negociações do "Panela Cheia" que, ao serem securitizadas, tiveram o seu cálculo alterado para conta-gráfica e tirou dos produtores rurais os benefícios da equivalência-produto. Foi promessa do Governo, foi promessa de parlamentares ligados ao governo que este assunto seria resolvido e nós estamos aí à mercê da vontade do Banco do Estado do Paraná, dos seus funcionários, de atender ou não este ou aquele produtor, enquanto a nível nacional está bem mais distante de nós e bem mais distante de nossos problemas, os nossos parlamentares se mobilizam e conquistam benefícios para o setor produtivo rural, para os produtores endividados como é agora, esta Resolução baixada pelo Banco Central, pelo Conselho Monetário Nacional que prorroga a parcela da securitização vencida em 31 de outubro de 98, para o final do prazo da securitização. E nós, aqui, estamos aí pendentes e veio, inclusive, colocado para discussão o Projeto do Deputado Caíto que cria os mecanismos para que esta dívida junto ao BANESTADO que foi securitizada, possa ela ser revista e corrigida em benefício dos produtores.

Também estamos aí a aguardar há muito tempo a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei que institui a nível de Estado do Paraná o FUNDAF - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Projeto tão bem defendido desta tribuna pelo Deputado Péricles de Mello nas muitas vezes que aqui esteve. Infelizmente, também o FUNDAF, que seria o mecanismo daqueles que poderiam realmente estimular a nossa agricultura, também não é trazido para discussão.

E para finalizar o nosso pronunciamento, gostaria Sr. Presidente e Srs. Deputados, de ler um pequeno trecho de um artigo que está neste infor-

mativo do Paraná Cooperativo, para que todos possam verificar que não só o Pessuti, não só o Péricles, não é só o Zucchi, não é só o Nereu, não é só os Deputados desta Assembléia que estão preocupados com a questão da agricultura. Veja o que diz o maior empresário brasileiro: "Agricultura ajudará a recuperar o País

Segundo o empresário Antonio Ermírio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim, "a agricultura deve ser a válvula de escape para ajudar na recuperação do País". Esta afirmação aconteceu durante entrevista sobre o ajuste fiscal, dada à Agência Estado e publicada na edição da Folha do Paraná do último dia 2 de novembro.

Para ele, a agricultura tem condições plenas de ajudar na recuperação do Brasil. "Cheguei a sugerir que se utilize parte das reservas do País na agricultura. Seria uma aplicação interessante e com retorno certo, se for bem feita. Podemos fazer isto", disse.

Antônio Ermírio explica: "utilizaríamos nossas terras, aumentando a produtividade, gerando alimentos e explorando. Muitos países estão famintos por alimentos e tem dinheiro para pagar. O Brasil poderia gerar grande massa de alimentos, que também equilibraria internacionalmente os preços de forma permanente, além de permitir que a saúde da população melhorasse. Porque não fazer isso?", questiona ele. Na opinião do empresário paulista, "é preciso deixar de ter vergonha ao se falar da agricultura".

Com relação ao ajuste fiscal, Ermírio disse que ouve falar sobre isto "desde criancinha". E como até hoje não deu certo, o empresário espera que agora, aos 65 anos, o ajuste se concretize de fato. Ele reclama que a carga tributária é muito elevada no Brasil, representando 31% sobre o PIB, mas segundo suas estimativas poderá chegar aos 32,5% agora. "É muita carga para um País em desenvolvimento", SALIENTA.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Me permite um aparte, Deputado Pessuti?

(Assentimento)

Concordo com V. Exa.. Este país, confesso ao senhor que não entendo. Tenho feito uma série de reflexões a respeito da agricultura do meu país. Recentemente no Jornal "Opinião Nacional" da Rede Cultura de São Paulo, Deputado Pessuti, S. Exa. o presidente do Grupo Votorantim dizia naquela oportunidade, e fiquei estupefado, - ao grupo de jornalistas ali presente, - principalmente ao Heródoto que comanda um dos maiores programas do jornalismo do Brasil.

Convido, inclusive, os Senhores Deputados a prestarem atenção neste programa, que é de fundamental importância à classe política, e numa das

perguntas, dizia o presidente do Grupo Votorantin, que o Brasil, Deputado Orlando Pessuti, por isso que quando vejo o senhor e os demais Deputados municipalistas, como o Deputado Augustinho Zucchi brigando pela nossa terra, brigando por este país monstruoso que é o Brasil, de ver o verde nesse país. Não entendo, pelo amor de Deus! Gostaria que alguém ou V. Exa. me orientasse, ou sou burro demais para entender. As cidades grandes estão inchando, aonde entra o pé do boi, sai o pé do homem, com todo o respeito à classe de pecuaristas. Os agricultores vem para a cidade grande atrás de casas, atrás de empregos, atrás de indústrias, e aqui acabam morando numa favela, aqui acabam morando embaixo da ponte, não tendo um emprego, não tendo nada.

E dizia o Dr. Antonio Ermírio, que estamos importando arroz, trazendo arroz de fora, estamos trazendo feijão de fora, estamos trazendo milho de fora, estamos trazendo soja de fora. Que país é este? Não estou entendendo, estão importando trigo, estão importando leite. Olha, interessante! Temos grandes cooperativas, temos a Cativa em Londrina, temos a Batavo, interessante! Parece que os nossos produtos são menosprezados, a nossa agricultura é menosprezada. O bacana, que é latifundiário, que tem uma fazenda enorme, o bacana, da elite dominante, quando vai ao banco, ele entra no Banca assim: colocam um tapete vermelho para o latifundiário, vem três mulheres para atendê-lo, levam ele na mesa e perguntam: "V. Exa. precisa do quê? Sente-se." Vem cafezinho.

O Senhor acredita, Deputado Orlando Pessuti, que ele chega a colocar até o pé em cima da mesa do gerente, ele manda no gerente. Dou a minha cara para bater. Quando entra um agricultor, lá de Tamarana, de Lerroville, que V. Exa., que V. Exa. conhece, V. Exa. criou junto conosco, Tamarana, quando entra lá alguém de Ibiporã, de Cambé, de Ivaiporã, de Rancho Alegre, lavradorzinho humilde, que pára lá a picapezinha, ele é tratado como se fosse um verme, ele não consegue nem chegar na mesa do gerente, ele primeiro tem que passar por 300 sub-gerentes, para depois chegar lá, aí pedem exame de Aids, exame de fezes, exame de urina, exame não sei do quê, cadastro não sei do quê, para ele conseguir cinco mil reais para comprar adubo, inseticida, sementes.

Meu Deus do céu, Deputado Orlando Pessuti!! Que país é este? Em que se fala tanto que vamos ser os maiores produtores de grãos da América Latina. Este país é tão interessante, Deputado Orlando Pessuti. Sabe quem está mandando no MERCOSUL? A Argentina. Se o senhor for à Argentina hoje e falar que é brasileiro, é perigoso o senhor apanhar na rua. Eles é que mandam no MERCOSUL,

o Brasil está se lixando para este MERCOSUL, está se lixando!!!

É só pegar a Revista Época, desta semana, que o senhor vê que o Brasil parece que tem vergonha de pertencer ao MERCOSUL, não tem credibilidade, eu não sei! Votei nesse Fernando Henrique, não votaria no Lula, fiquei pensando se votaria no Fernando ou no Ciro Gomes, etc. e tal

Agora, não entendo, confesso aos Senhores que estou apavorado, vendo o seu pronunciamento fiquei tão irritado, em cima da tribuna, que vejo o Senhor todos os dias brigando pela agricultura do meu estado, vejo o Deputado Augustinho Zucchi dando a sua vida pela agricultura do nosso Estado, V. Exa. seria um grande nome para ser o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, com todo o respeito o Deputado Orlando Pessuti também seria um grande nome para ser Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Ora, meu Deus do céu! Até quando vamos importar milho, algodão, soja? Olha, confesso, me perdoem é um desabafo, concordo com V. Exa., V. Exa. tem todo o tempo de mundo, V. Exa. pode falar a tarde inteira aqui, isso aqui é um assunto importante. E vou dizer a V. Exa. esse país tem que "lavar a cara" e tirar a máscara. Volto a repetir, goste quem gostar, ou você endireita este país com o Título de Eleitor, ou você endireita este país na bala, essa é que é a grande verdade!

Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti, do meu desabafo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço, realmente, a V. Exa., não só pelo desabafo que faz, mas pela oportunidade que nos dá de relembrar também que, realmente, estamos importando a maioria dos produtos agrícolas que se consome, a maioria.

E também quero registrar aqui, e deixar com satisfação este apelo para que todos possamos fazer com que o Governo do Estado corrija esta distorção que tem nos créditos do "Panela Cheia" nos financiamentos do "Panela Cheia" que foram securitizados.

Vamos conversar de novo com o Deputado Valdir Rossoni, para que ele fale com o governador, com o Secretário da Fazenda, porque isso foi um compromisso. Vamos também lutar para que antes de encerrarmos esta legislatura, possamos, aqui, ver aprovado o FUNDAF - o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, porque para fazermos as coisas que estamos fazendo no meio rural, está aí aprovado a Lei do Deputado Augustinho Zucchi - a Lei do Subsídio ao Calcário - propiciou benefícios enormes. Vamos apoiar essa implantação do FUNDAF, porque é recurso certo, esse é um Fundo que vai ser rotativo, o próprio Fundo vai se

capitalizando, estamos aí, agora, às portas de votar o Fundo Previdenciário para garantir a aposentadoria, pensão dos servidores. Por que não podemos também aprovar o FUNDAF, que é infinitamente menor a necessidade para que ele funcione?

E insisto, mais uma vez, no sentido de permanecermos atentos as coisas que acontecem em nosso Estado, principalmente, as questões ligadas ao meio rural.

E dizia que na semana também tive a oportunidade, a semana passada ou esta semana ainda, parece que foi segunda-feira, de assistir no "Jô Soares - Onze e Meia" a entrevista que concedia o Aloísio Mercadante, Deputado Federal, Deputado eleito pelo PT de São Paulo, ele colocava com toda clareza, com toda a clarividência que possui, a necessidade de, nós, neste momento de crise, neste momento de dificuldade, investirmos no setor produtivo rural.

Então, quando vejo o Antonio Ermírio de Moraes, que tem posições bem diferentes do ponto de vista político-ideológico de um Aloísio Mercadante, e vejo um Aloísio Mercadante que tem posições e ideologia diferentes do Antonio Ermírio de Moraes, dizendo a mesma coisa, entendo que essas pessoas estão corretas, como correto estamos nós que defendemos o setor produtivo deste País.

Nunca é demais lembrar o que fez Roosevelt, nos Estados Unidos, quando teve a quebraadeira lá daquele país, implantou o novo pacto, o novo "new wilt" onde implantou realmente o fortalecimento da agricultura dizendo que: "Se as cidades se queimarem, os campos as reconstruirão, mas que se os campos se queimassem, as cidades morreriam, porque não haveria produção, não haveria alimento para tratar o povo no mundo inteiro."

Acho que chegou a hora, efetivamente, de valorizarmos o produtor rural, facilitarmos a vida de quem acredita na produção de alimentos, olha, minha gente, não precisa muito dinheiro para a agricultura e o dinheiro quando é levado à agricultura, em seis meses ou um ano ele está de volta, diferente do PROER que se faz aos bancos, que foram trinta, quarenta bilhões, que vão por trinta anos e a gente não sabe se voltam. Na agricultura basta ver a taxa de inadimplência, a taxa de dívida que têm os produtores rurais, é muito baixa, se aplica dez bilhões em financiamento agrícola agora e quando for o meio do ano que vem já estará de volta a maioria deste dinheiro.

Então, façamos um esforço para que o setor produtivo rural, volte a ser privilegiado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Gostaria de registrar a presença do Dr. José Eduardo, Diretor Administrativo de uma das

maiores empresas de transportes do Brasil que é a Viação Garcia. Seja bem-vindo a este Parlamento!

Temos hoje uma das maiores empresas, que é a Viação Garcia que gera milhares de empregos e às vezes a Viação Garcia precisa ficar de "pires na mão" implorando soluções para o Ministério dos Transportes em Brasília.

Gostaria de dizer também, que estava assistindo a entrevista do Professor Aluísio Mercadante e aquilo que o Presidente da Votorantin disse foi a mesma coisa que o Doutor Aluísio Mercadante disse. Fico feliz, acho que à noite os nossos carmas espirituais batem porque ficamos mudando de canal para continuar a aprender mais sobre a política brasileira.

O SR. ORLANDO PESSUTI -

É que fomos criados sob o mesmo sol do Norte do Paraná que deve ter sapecado os neurônios do mesmo jeito.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

O Professor Aluísio Mercadante falava sobre o problema habitacional, o que atinge muito o ilustre Parlamentar Romanelli, que é um especialista no assunto, mas não é só o problema da habitação.

Quando o Professor Aluísio Mercadante disse que teríamos que importar grãos porque a agricultura brasileira não tem dinheiro, eu fiquei apavorado e pensei em Vossa Excelência, porque temos Deputados na Assembléia que defendem a agricultura, dão a vida pela agricultura e eu tenho certeza que se Vossa Excelência marcar uma audiência com o Ministro da Agricultura em Brasília, o Senhor será um a mais. O Senhor vai lá contar, reclamar, ele vai ouvir, vai enfiar em baixo da gaveta e não dar a atenção necessária.

Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência traz um problema gravíssimo esta tarde a esta tribuna. Este é um dos grandes Parlamentos do Brasil e eu me orgulho de ser paranaense, de ser Deputado Estadual, de estar aqui debatendo com Vossa Excelência os problemas da agricultura não só no Paraná e no Brasil. Eu espero que este Paraná, que este Brasil um dia venha a mudar.

E ainda, Deputado, o Senhor vê que o Ministro Serra disse que a CPMF não vai para a saúde do Brasil.

Isto é uma vergonha. As Santas Casas de Misericórdia estão passando fome, o Hospital das Clínicas, a APAE de Londrina faz três dias que está fechada e a Câmara Municipal de Londrina aprovou um projeto dando quatrocentos e cinquenta mil reais para um campeonato de futebol.

E a APAE de Londrina fechada porque não tem merenda, não tem absolutamente nada.

Deputado Pessuti, tenha a certeza que enquanto eu viver e for Deputado, Vossa Excelência vai ter um aliado nesta Casa como Deputado e como homem de tele- visão.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, Deputado Alborghetti, muito obrigado, Presidente, pela dilatação do horário que nos concedeu.

E, mais uma vez reafirmar a nossa preocupação com relação às questões ligadas aos produtores rurais que aqui relatamos na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Horário das Lideranças.

PDT. PTB PPB.

(Declinam).

No Horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos momentos de crise como esses pelos quais passamos, acho importante que essa Casa tenha a grandeza para agir de determinada forma e não ser simplesmente cooptada por este ou aquele secretário e pelo Poder Executivo.

Não podemos aceitar, de forma alguma, que o Governo Estadual, pela segunda vez, haja de uma maneira discriminatória, deselegante, desleal, cancelando a consignação, o pagamento mensal que os professores do Estado fazem ao seu sindicato, que hoje não é mais apenas um sindicato de professores, mas de funcionários, a APP-Sindicato. Numa atitude unilateral do Governo do Estado foram cancelados os pagamentos pela segunda vez. O sindicato passa por extremas dificuldades e vai agora às escolas conversar com professores e funcionários - um trabalho burocrático, que exige muito tempo e tem de ser feito -, passa a ter dificuldades de recursos, inclusive, de pagamentos de seus funcionários neste momento de crise tão profunda pela qual atravessamos.

Uso a tribuna, nesta tarde, para fazer um apelo aos Deputados, que estão neste Plenário, para que façamos com que o Governador e o Secretário de Educação repensem esta atitude. Não tem sentido isso.

Atitudes deste tipo não aconteciam nem na época do Regime Militar. A APP-Sindicato passou todo o período ditatorial, fez greves e os governos do regime autoritário, não tiveram a ousadia e a coragem de agir desta forma contra uma representação coletiva de interesse de classe.

Não podemos aceitar que justamente Jaime Lerner, do ponto de vista simbólico, reconhecido

como grande urbanista, que mudou a história de Curitiba, reconhecido como um estadista moderno, aceite uma postura e uma imposição desse tipo durante o seu Governo, logo depois que é reeleito pelo povo do Paraná. É uma atitude chantagista, deselegante, eu repito, desleal, que prejudica uma entidade de classe e uma entidade coletiva.

Nós Deputados, temos que ter a grandeza, neste momento, de pedir, exigir e cobrar do Governo e de seus secretários, que voltem atrás nesta atitude e restabeleça a normalidade para que o sindicato tenha a possibilidade de sobreviver.

Não aceitamos, em hipótese alguma, este ato, principalmente, vindo de um Governo que se diz do regime democrático, num estado de direito que custou tanto sofrimento para o nosso povo para ser conquistado. Por isso, eu faço esse apelo.

Ontem, conversei com alguns Deputados da Bancada do Governo, que entenderam o nosso apelo, inclusive, assinaram um Requerimento, que nós pedimos aos demais Deputados, ao Líder do Governo, que apóiem esta postura. "Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições requerem, após ouvirem o Plenário, que seja constituída uma delegação de Deputados para intermediar a negociação, junto ao Governo do Estado, a fim de que sejam restabelecidos os descontos em folha da mensalidade, código 5MD, dos professores para a APP-Sindicato".

Peço, não apenas a assinatura dos Senhores Deputados, a aprovação para o Plenário e que os Deputados de vários Partidos façam parte desta Comissão, para se dirigir ao Secretário Ramiro Wahrafitg e ao governo do Estado, para que seja restabelecida com urgência a normalidade e não cause prejuízo ao sindicato, que é um direito, e nós todos defendemos isso no regime autoritário, historicamente o direito à sindicalização e a organização popular dos trabalhadores.

Não podemos aceitar em hipótese alguma uma imposição chantagista desta forma que foi feita, infelizmente pelo Governo do nosso Estado.

Senhor Presidente, amanhã de manhã, milhares de professores estarão aqui nesta Assembléia trazendo a sua reivindicação.

Sabemos que grandes mudanças acontecem a nível institucional, tanto no plano federal como no Paraná. Nosso Governo foi muito pródigo em mudanças institucionais, criando várias organizações sociais autônomas. Só não criou, estranho, para cobrança de pedágio. Vejam o seguinte: um Governo tão pródigo em criar o PARANAEDUCAÇÃO, Paraná tecnologia e assim por diante devia criar também o Paraná Estradas, alguma coisa, para que esta agência tivesse o controle dos recursos pagos pelo pedágio para que não houvesse corrupção com o dinheiro público. Mas, infeliz-

mente, neste setor, o Governo não quis. Mas mudanças acontecem, foi criado, por esta Casa, o PARANAEDUCAÇÃO e há hoje um conflito, uma discussão importante entre os professores e o Governo a respeito do novo plano de cargos e salários que vai reger os professores do Estado do Paraná e também os funcionários.

A APP Sindicato apresentou um projeto de cargos e salários que nós recebemos com muito respeito, assinamos um projeto autorizatório ao Governo do Estado, que está em tramitação nesta Casa. Ao mesmo tempo, o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, fez um seminário em Faxinal do Céu, para o qual convidou os diretores de escola pedindo a eles que assinassem um outro plano de cargos e salários de iniciativa do Governo, do Poder Executivo. Os diretores se recusaram a assinar, muito delicadamente pediram ao Secretário um período de tempo para discutirem nas escolas com os professores, sobre este plano.

A rejeição, por parte dos professores, foi total e completa! Ontem mesmo recebemos um documento em que representantes dos núcleos de Educação, aqui em Curitiba, num grande número assinaram um documento rejeitando esta proposta do Governo Estadual e apoiando o plano de cargos e salários da APP- Sindicato.

Amanhã os professores vêm aqui, neste Plenário, pedir, solicitar aos Deputados que repensem a situação, que analisem o seu plano e que haja uma discussão democrática com a participação de todos os interessados quando da votação do novo plano de cargos e salários.

Os professores querem discutir, querem ser ouvidos, à medida que o Governo remeter à Assembléia Legislativa o novo plano, que se abra um debate amplo, profundo e democrático com todos os interessados. Que não se faça como se fez com o PROEN, que, de repente, foi aprovado sem que houvesse uma discussão mais séria, e está com sérios problemas hoje no Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Angelo Vanhoni

Deputado Péricles, V.Exa. faz referência a insegurança que hoje vivem os professores e a escola pública, no Estado do Paraná. Amanhã os professores estarão aqui na Assembléia Legislativa, 3.000, 4.000, 5.000 professores, estarão aqui para manifestar, antes de mais nada a sua indignação em relação a conduta que a Secretaria do Governo do Estado do Paraná, na área de Educação, vem trazendo em relação aos problemas da escola pública.

A questão fundamental é o descaso, porque o governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria, submete aos professores, que recebeu o repúdio de todos os diretores de escola, lá em Faxinal do

Céu, recebeu o repúdio dos chefes de núcleos, isto é, as pessoas de confiança por parte do Secretário de Estado, que estão na condução dos núcleos regionais, na área da Educação, por uma simples razão: - o projeto defendido pelo Sr. Ramiro é um projeto que desestrutura completamente a carreira do magistério.

E ao desestruturar completamente a carreira do magistério da escola pública, do ensino fundamental no Estado do Paraná, nós estamos abrindo, com certeza, não uma picada, mas uma larga estrada para o caminho da destruição completa do sistema público na área da Educação, no Estado do Paraná.

A questão do regime de contratação é fundamental para que se perceba as intenções do Governador do Estado. O Senhor Ramiro Wahrhafting propõe que os professores do Estado do Paraná sejam contratados a partir do próximo plano de cargos e salários, se for aprovada a idéia do Governo, pelo Regime de CLT. Onde que o concurso público daqui para frente, será única e exclusivamente feito em escola por escola, sala de aula por sala de aula, cidade por cidade no Estado do Paraná. É a completa destruição, do ponto de vista da ótica pública do sistema de ensino no Estado do Paraná.

Acho que a preocupação é maior ainda porque ontem assistimos uma manifestação do Estado do Paraná inteiro, no que diz respeito ao ensino superior. É verdade que o Governo Federal não contribui em nada para melhorar a situação do ensino do nosso País. Pelo contrário, ao anunciar cortes profundos na área da educação agora, com o pacote fiscal, retirando só das Universidades Públicas Federais o equivalente a 57% das suas receitas, como enxugamento para atender as necessidades do fundo monetário internacional. Aqui no Paraná a situação não é diferente, as escolas públicas estaduais, de nível superior, ontem tiveram uma manifestação praticamente em todas as cidades onde há o ensino superior. Em Paranaguá, os estudantes e professores paralizaram porque o Governo do Estado suspendeu a obra na ordem de 20 mil reais.

Vejam bem, estamos dificultando as obras de uma cidade como Paranaguá na ordem de 20 mil reais. Hoje pela manhã os professores da cidade de União da Vitória e as Lideranças dessas Cidades estiveram aqui na Assembléia, conversaram com o Líder do Governo que é daquela região, o Deputado Valdir Rossoni, também preocupados pelo corte e pela manutenção dos subsídios de gratificação que teriam pela extensão do curso de direito na cidade de União da Vitória. a situação é igual em todo o Estado do Paraná.

Hoje recebemos a presença do Presidente da UPE. Os estudantes do Estado do Paraná realizaram ontem uma manifestação contrária aos cortes, e na

defesa da escola pública em todo o Paraná, que tem uma repercussão em todo o território Nacional, diante da irreverência como foi conduzida a manifestação dos estudantes, para protestar contra o corte de verbas no Estado do Paraná.

Acho que o Governo do Estado, principalmente a Assembléia Legislativa, têm, a partir da semana que vem, quando formos discutir o orçamento do Estado do Paraná, findo o prazo para recebimento de emendas, que nós tenhamos a grandeza de nos preocupar sobretudo com os ataques que estão ocorrendo em relação a área social. Não podemos permitir que os poucos recursos destinados à escola pública no Estado do Paraná, ainda sejam cortados para o ano de 1999.

Então, gostaria de salientar a V.Exa. que é bem colocado, e espero que amanhã o Governo do Estado do Paraná, através do Senhor Ramiro Wahrtig, possa refluir nessa sua posição de apresentar um projeto de Planos de Cargos e Salários, que contrariam em tudo aquilo que o trabalhadores na área da educação desejam por parte do Governo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

É com satisfação que a Mesa Executiva registra em nosso meio, a presença do Deputado Tiago Novaes de Amorim que aqui se encontra, bem como o ex-Deputado Gilberto Carvalho, nosso particular amigo, amigo do Paraná no exercício de Deputado Estadual quanto na Câmara Federal lá em Brasília. Sinta-se em casa, ilustre Deputado Gilberto Carvalho.

Concedo a palavra nos horários cedidos do PMDB e PTB; ao ilustre Deputado Pérciles Mello.

O SR. PÉRCILES MELLO

Obrigado, Senhor Presidente.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pérciles, quero aproveitar o seu pronunciamento e colocar também a posição do Governo, do Secretário de Educação, quanto a questão ou não deste plano.

Ontem fui procurado por vários diretores de escolas da região que eu represento. Colocaram a esse Deputado, de que estavam preocupados que esse projeto viria aqui num período extraordinário, ou melhor dizendo de férias, onde os professores não estariam mobilizados.

Acertei ontem com o Secretário de Educação, onde estivemos reunidos com ele e vários Deputados. A minuta desse projeto deverá ficar pronta até o dia 30 de novembro. Essa minuta será encaminhada a todos os diretores de escolas do Paraná, para que os diretores de escolas até o mês de janeiro, final do mês

de janeiro ou até podermos estender até o início do ano Legislativo, para que os diretores de escolas possam se manifestar e contribuir para o aperfeiçoamento desse projeto. E quero garantir a V.Exa., que certamente estaremos discutindo esse projeto no próximo ano legislativo. Essa é a posição oficial, o qual tivemos ontem com o Secretário da Educação.

Então, é importante que se diga, que estão falando de projeto que não existe, essa minuta está sendo elaborada, para ser encaminhado a diretores de escolas de todo o Paraná, para que os diretores de escolas possam dar a sua contribuição e possam discutir internamente esse plano, para que depois se faça o projeto final, que venha a esta Casa, onde todos nós sabemos, que teremos a oportunidade de discutí-lo nessa Casa, e também se necessário for, emenda-lo para que possamos implantar esse plano.

Essa é a posição e é o que eu queria esclarecer a V.Exa. e agradeço. Muito obrigado!

O SR. PÉRCILES MELLO

Agradeço, Deputado Rossoni. É muito importante o seu esclarecimento. Essa é também a posição do presidente desta Casa, que tem recebido com muita simpatia em audiência os dirigentes sindicais, professores e funcionários. Acho que isso é um grande avanço da Assembléia Legislativa, um avanço que permita a discussão com os professores. Na verdade, Deputado Rossoni, o Senhor sabe que Faxinal do Céu, houve uma minuta de um projeto, e que uma série de diretores se acabavam, tanto que os próprios diretores se negaram a assinar naquela instante essa minuta do Governo e quiseram aprofundar a discussão com os seus pares, nas salas de aulas, em todo o Paraná. Acho que esse é o caminho democrático, o caminho do debate, para que possamos fazer um plano melhor para os professores e não continuemos o retrocesso, que na minha concepção significa PARANAEDUCAÇÃO.

Mas aproveito, Deputado Valdir Rossoni, como Líder do Governo, que se una a nós nesse objetivo, de fazer com que a consignação volte ao Sindicato. Não podemos retroceder. Achamos que conhecemos o político depois da eleição, tanto na derrota, como na vitória. Acho que a pessoa na vitória tem que ser humilde, deve ter grandeza, e não agir com retaliações do pior tipo, como é o caso do corte da Folha de Pagamento da APP Sindicato. Faço um apelo ao Líder do Governo, faço um apelo aos Deputados, para que a Assembléia Legislativa do Paraná tenha a grandeza, de fazer com que volte a normalidade da cobrança da consignação que seja repassada a APP Sindicato, um Sindicato de extrema importância, que representa mais de 70 mil trabalhadores da área da Educação em todo o Paraná.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com relação às Universidades, estamos seriamente preocupados, temos informação que no anos que vem não vai ter nenhum centavo sequer de recurso no Estado para custeio, para investimento nas instituições de ensino paranaense. Mas que isso, o Governo do Estado assina com o corte de recursos relativos a folha de pagamento de professores e funcionários coisa que nunca fez. Induzindo, pressionando claramente as entidades para que façam a cobrança das mensalidades.

Por isso, têm razão os estudantes do Paraná, têm razão as entidades representativas quando se adiantam, sabendo o que vai acontecer, saem às ruas clamar mais uma vez, revivendo antigas lutas históricas do Brasil, do Paraná, clamando pelo ensino público, pelo ensino gratuito, que tem toda uma filosofia por trás disso.

Não podemos aceitar que haja o corte, a destruição do ensino superior como vem acenando o governador. Temos aqui em nossas mãos o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, que também preocupado com a situação do ensino superior se dirige nos seguintes termos ao Secretário da Fazenda Giovani Gionédís e ao Secretário de Ciência e Tecnologia do Ensino Superior:

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvir o douto Plenário, envio de expediente aos Secretários de Estados, Giovani Gionédís e Alexandre Fontana Beltrão, solicitando a imediata e total devolução dos créditos sacados das contas das instituições de ensino superior do Estado do Paraná. Os referidos créditos são oriundos de recursos próprios e de inscrições de vestibular dos quais seriam usados no pagamento das despesas mensais e manutenção das instituições. É de fácil entendimento a difícil situação econômica que se encontra o Estado, mas medidas desse porte tendem apenas a enfraquecer a qualidade e o desenvolvimento do ensino superior gratuito paranaense. Requer ainda que a decisão desta Casa seja dada ciência dos reitores das Universidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, UNICENTRO e UNIOESTE.”

O governo, através de fax aos reitores, proibiu a utilização de recursos próprios que a universidade arrecada. Por um lado, o governo incentiva que as universidades prestem serviços, cobrem taxas de vestibular para ajudar no orçamento, e depois ele impede, através de uma ordem emanada do centro do poder, que essas entidades usem, inclusive, os recursos próprios trazendo, não só, uma crise, uma angústia aos reitores que ficaram desesperados e vieram até o governo tentar resolver esse problema.

Quero cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Zuk, e defendo a sua posição nesse Requerimento.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu era Presidente da Comissão de Educação desta Casa, quando criamos o fórum paranaense da ciência e tecnologia. Depois de muito tempo, mais de três anos de trabalho duro, conseguimos aprovar que o governo remetesse a esta Casa um projeto regulamentando o Artigo 205 - que prevê 2% do orçamento para a pesquisa básica, ciência e tecnologia. O projeto foi aprovado. Não como queríamos, mas foi um pequeno avanço, porque pelo menos regulamentamos a Constituição do Paraná que há muito tempo estava aí para ser regulamentada, nada o governo fez. Isso é letra morta. A lei passou a ser letra morta. O governo não instituiu ainda a Fundação Araucária, e todas as solicitações que vêm das universidades pedindo recursos para pesquisas são negadas, ou seja, a lei regulamentou o artigo da Constituição, mas não foi regulamentada ainda e não existe apoio à ciência e tecnologia.

Queremos também fazer um apelo ao Secretário de Ciência e Tecnologia de Ensino Superior para que, de uma vez por todas, regule essa lei para que possamos fazer valer o Artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos acompanhando a grande manifestação e a liderança da luta pela implantação do gasoduto no Norte do Paraná em Londrina. Liderado pelo Dr. Francisco Cunha Pereira, pela Assembléia Legislativa e todas as lideranças da região.

Na verdade, o Norte do Paraná que teve uma marcante atuação no desenvolvimento econômico deste Estado, com a lavoura da cafeicultura. A partir de 1975 empobreceu-se, e muito. Não tivemos uma alternativa. Londrina que é o pólo maior da região, conhecida também como capital do interior do Paraná se empobreceu. Naturalmente assumiu uma vocação de prestadora de serviço e essa vocação tem mantido a cidade de Londrina, região por ela polarizada, mas por si só não se sustenta mais.

Londrina e o norte do Paraná estão empobrecidos. Graças a uma Lei de autoria do nosso Deputado Presidente Anibal Khury, Lei de Incentivos Fiscais, não só o Paraná, mas Londrina e todo o interior começou a viver um processo de industrialização. Mas, um processo tímido, tendo em vista as indústrias que se instalam em Londrina, e no norte do Paraná, de meio porte, automaticamente agregando recursos agregando receita, ao Estado do

Paraná e retribuindo isso a cidade de Londrina, precisa do Gasoduto. Por uma questão muito simples, as grandes indústrias de grande porte só vão se instalar no norte do Estado do Paraná, Deputado Alborghetti, meus companheiros Deputados, a partir do momento em que haja essa opção economicamente viável e barata, que é a implantação do gás natural, para manter as indústrias de grande porte naquela região.

Caso contrário, apesar de termos uma boa infra-estrutura de comunicação, uma boa estrutura rodoviária, principalmente a partir agora do Anel de Integração, teremos dificuldades.

Por isso, a implantação do gasoduto para o norte do Paraná para Londrina, e para toda a região vindo do Estado de São Paulo e chegando ao sul do Brasil, via norte do Paraná, viabilizar economicamente toda a nossa região.

Por isso, essa iniciativa da Gazeta do Povo essa iniciativa que hoje já está incumbida pelos principais empresários do norte do Paraná, é de fundamental importância, não só para a economia do norte do Paraná, mas para a economia do nosso Estado.

Por isso, o Governo do Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner, não pode fazer economia, não pode medir esforços para dar e propiciar todos os meios financeiros necessários para que o Ministério de Minas e energia, para que a PETROBRÁS implante esses ramais do gasoduto passando por Londrina, será a redenção do norte do Paraná.

Por isso mesmo, nobre Presidente Anibal Khury, todos os esforços dos nossos Parlamentares com a sua grande liderança, como Presidente da Assembléia Legislativa e autor da Lei de Incentivos Fiscais, torna-se indispensável que todos façamos coro para que o nosso Governador do Estado do Paraná, participe financeiramente deste projeto para que o nosso Estado, para que o nosso Norte do Paraná, possa continuar sendo uma pujança econômica, na economia do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente.

Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta número 2, ao inciso IV, da Lei nº 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou a Lei nº 8.933, instituidora do ICMS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 059/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida ao inciso III, do art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, a seguinte alínea:

“Art. 14 -.....

I -....

II -....

III -.....

a)...

b)...

c)...

d)...

e) pedra britada.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 294/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Apoio aos Trabalhadores Rurais - Projeto Bóia-fria, com sede e foro na Cidade de Santo Antonio da Platina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105, de 04.08.98).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 325/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de

Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111, de 17.08.98).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121, de 01.09.98).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 364/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/98, que aprova Crédito Suplementar no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e oitenta e seis reais), e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00 (sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil e oitenta e seis reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 364/98
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e oitenta e seis reais), e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00 (sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil e oitenta e seis reais), conforme Anexos I e VII desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o demonstrativo da Receita, conforme Anexos II, IV, V e VI desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Anexo V de obras, da Lei Orçamentária, conforme Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALOR TRENTINI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 375/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Municipal de Artistas e Técnicos em Espetáculos, da Cidade de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123, de 14.09.98).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/98, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro na cidade do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 302/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que institue a Região Metropolitana de Apucarana constituída pelos municípios que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1800 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei nº 303/98, constata da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Prejudicado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, solicito a leitura do inteiro teor do requerimento e posteriormente, me inscrevo para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(Procede à leitura do requerimento)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo que este requerimento do Deputado Valdir Rossoni ao propor o adiamento por dez sessões, deixa claro e evidente, como deixou ontem, na questão da Região Metropolitana de Ponta Grossa, de que não há interesse do governo do estado em ver aprovada a Região Metropolitana de Ponta Grossa, de Apucarana e certamente não haverá interesse na aprovação da Região Metropolitana de Cascavel, proposta pelo Deputado Paulo Gorski e Edgar Bueno.

Lamento, porque há alguns meses atrás aqui discutimos e votamos a implantação desse mecanismo em favor de Londrina e em favor de Maringá, numa luta dos Deputados de Londrina, capitaniados pelo Deputados Alborghetti, dos Deputados de Maringá capitaniados pelo Deputado Joel Coimbra, Marquinhos Alves, e Nerone e todos nós, naquele momento, fomos solidários, fomos solícitos em dar a Londrina e a Maringá, esta condição maior de se transformar em uma Região Metropolitana e poder a partir daí, desfrutar de uma série de mecanismos próprios e favorecedores dos municípios que pertençam a uma Região Metropolitana. Não vejo porque Campo Mourão, do Nelson Tureck não possa instituir a sua Região Metropolitana, não vejo porque Foz do Iguaçu, do Samis e do Spada, não vejo porque Guarapuava do meu amigo Cezar Silvestri, a Francisco Beltrão, a Pato Branco do Augustinho Zucchi, a União da Vitória, do meu amigo Anibal Khury, Rossoni e Annibelli, não possam instituir as suas Regiões Metropolitanas e usufruir dos benefícios e vantagens próprias das Regiões Metropolitanas.

Por isso, faço um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, no sentido de que desista desse seu requerimento de adiamento por dez sessões, até porque sei, nesse nosso projeto também existe uma proposta de emenda, apresentada pela Deputada Irondi Pugliesi, retirado um ou dois ou três municípios da Região Metropolitana de Apucarana, o que certamente fará com que o projeto retorne à Comissão de Constituição e Justiça, dando tempo ao Deputado Valdir Rossoni de conversar com o Governador, com o Secretário de Planejamento, Secretário da Fazenda e deles obter a autorização para que possam esses municípios ter a sua Região Metropolitana criada. E lembro também ao nosso Presidente Anibal Khury, que dentro daquilo que prevê o nossos Regimento, lógico que o Plenário é soberano, mas projetos em regime de urgência não são passíveis da retirada da Ordem do Dia, de adiamento como este que está sendo proposto.

Então apelo a V.Exa. que, em entendimento com o Líder do Governo, que desista deste requerimento de adiamento por 10 sessões e que deixemos o projeto correr seu curso normal. Tem proposta de

emenda. O projeto vai ser retirado hoje, vai para a CCJ e temos tempo até terça, quarta-feira para quem sabe convenceremos o Governo em favor da Ponta Grossa do meu amigo Péricles, do meu amigo Plauto, do meu amigo Zuk, em favor de Cascavel, de Apucarana que todas são merecedoras do mesmo tratamento que demos a Curitiba, que demos a Londrina e que demos a Maringá.

Apelo pela retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre o projeto há emenda, nestas condições recebo a emenda e retiro o projeto par ser remetido à Comissão de Justiça ficando prejudicado o requerimento do Líder do Governo.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, devidamente aprovada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 303/98

Art. 1º - Fica constituída na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Estadual a Região Metropolitana de Apucarana, constituída pelos Municípios de Apucarana, Bom Sucesso, Cambira, Califórnia, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi e Rio Bom.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

Apoiamento:

Duílio Genari, Eduardo Trevisan, Augustinho Zucchi, César Seleme, Neivo Beraldin, João Techy, Edgar Bueno, Basílio Zanusso.

ITEM 10

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/98, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do Colégio Estadual do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Irati- ASFRUTIR, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/98, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, Prestação de Contas de Créditos para Despesas dos Senhores Deputado, exercício de 1997, Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. PARECER

FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo. Voto CONTRÁRIO da Bancada do PT.

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/98, de autoria da Comissão de Tomada de Contas Prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, exercício de 1997, Resolução nº 55, de 10 de outubro de 1983. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo. Com voto CONTRÁRIO da Bancada do PT.**

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/98, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1997. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo. Com voto CONTRÁRIO da Bancada do PT.**

ITEM 15

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/97, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Alcení Ângelo Guerra. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 568/97

P A R E C E R :

Autoria: Deputado Carlos Simões.

O projeto de lei visa conceder Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Alcení Ângelo Guerra.

O agraciado preenche o requisito da Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, tendo desempenhado com denôdo e competência diversos cargos de função pública. Sob o aspecto constitucional e de técnica legislativa, esta relatora não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo douto e soberano Plenário.

Recebe portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1815, de autoria do Senhor Deputado Nereu Ramos,

constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 568/97, constante da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 568/97.

ITEM 16

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 662/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede título de cidadã Honorária do Estado do Paraná, a Senhora Anice Aboulhossem Messmar. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 206/97, de 24.11.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 662/97

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, concede título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, para a Senhora Anice Aboulhossem Messmar.

Analisando a referida proposição, verificamos que preenche os requisitos legais exigidos, e encontra-se em condições de seguir sua normal tramitação.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 17

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 386/98, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao empresário Roberto Demeterco. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo conceder Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Empresário Roberto Demeterco.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda supressiva, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

EMENDA CORRETIVA SUPRESSIVA
DO PROJETO DE LEI Nº 386/98

O Art. 1º, do projeto de lei em epígrafe passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedido o Título de cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Roberto Demeterco”.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
PAULO GORSKI - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/98, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro do Formação São Francisco de Assis, com sede e foro na Cidade de Mangueirinha. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 388/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo, declarar de utilidade Pública Estadual o Centro de Formação São Francisco de Assis, com sede e foro na Cidade de Mangueirinha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 858/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/98, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Caíto Quintana, que proíbe o desconto de débitos na Folha de Pagamento dos Funcionários Públicos Estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **(Publ. no D.A. nº 132, de 19.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
AO PROJETO DE LEI Nº 408/98

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, visa proibir o desconto de débitos na folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais.

Analisando a referida matéria, nos posicionamos pela sua aprovação na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

EMENDA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO
PROJETO DE LEI Nº 408/98

Emenda aditiva: acrescenta-se ao artigo 1º, um parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Exclui-se da vedação do caput deste artigo, as contribuições destinadas às entidades de classe e associações profissionais.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1812 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Durval Amaral, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi e João Techy, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei n. 408/98, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 408/98 por 03 (três) Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1792, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1793 e 1794, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº1795, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1797 e 1798, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1799, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1801, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1803, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1805 e 1806, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1807, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1808, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1809, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1796, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1814, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1700, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Paulo Gorski e Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para encaminhar**)

Senhor Presidente, nós, há duas semanas atrás, por ocasião da venda das ações da COPEL, na Bolsa de Valores de São Paulo, fizemos este requerimento porque esta Casa não tem sido informada, e acredito que nem a comissão integrada por Parlamentares desta Casa tem sido informada sobre o encaminhamento, sobre o disciplinamento da venda dessas ações da COPEL em Bolsa.

Não sabemos até hoje quantas ações já foram vendidas, qual o montante de recursos foi arrecadado com a venda dessas ações e não sabemos também a destinação desses recursos. Tínhamos

informações quando os balancetes mensais de receita e despesa do Estado eram publicados como determina a legislação no Diário Oficial do Estado do Paraná. Mas, nem esses balancetes têm sido publicado, e aí o desconhecimento total, tenho certeza, não só deste Parlamentar, mas todos os Parlamentares, ou pelo menos de uma parcela significativa de Parlamentares.

Por esta razão, há a necessidade de nós aprovarmos este requerimento, para que possa esta Casa, não o Deputado Orlando Pessuti, mas os Parlamentares desta Casa, saberem, terem conhecimento do que está sendo feito na venda das ações da COPEL, e principalmente se existe já estabelecido um fluxo financeiro, uma programação financeira para que o Estado possa honrar a sua proposta de recompra dessas ações como tem sido anunciado na ele, por ocasião.

Então, faço este apelo aos Senhores Deputados para que possamos aprovar este pedido de informações ao Secretário da Fazenda Giovani Gionédis. Esse requerimento ficou adiado por uns dez dias, porque o Líder do Governo assumiu conosco o compromisso de que buscaria essas informações, e nós nos parece, neste momento, que nem o Líder do Governo se repassou essas informações, porque tenho certeza, se a ele tivesse sido repassado, ele de sua parte repassaria a nós e aos Senhores Deputados.

Entendo que é uma questão deste Poder Legislativo saber o que está acontecendo, até porque a lei que autorizou à venda das ações da COPEL foi por nós aprovada, estabeleceu obrigatoriedade de se aplicar esses recursos em alguns programas de prioritários do Governo, estabeleceu-se que uma comissão de cinco Parlamentares acompanharia o desdobramento da venda das ações, pelo que sei o Deputado Caíto e o Deputado Vanhoni se retiraram dessa comissão por não estarem sendo devidamente informados. E hoje não sabemos sequer como é que anda a venda dessas ações.

Por isso, esse requerimento tem importância, sim, para que nós, e principalmente a Assembleia Legislativa seja respeitada naquilo que vota, naquilo que decide.

Portanto, peço aos Senhores Deputados que votem favoravelmente a esse nosso pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se

Oito Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam o requerimento. **Rejeitado o requerimento.**

O SR. PÉRICLES MELLO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria apenas destacar a presença do nosso amigo e companheiro de Rebouças, o Vereador Wanderlei Cabral, que está aqui na tribuna de honra desta Assembléia.

Muito obrigado!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 132, 138, 203, 266, 362 e 370/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 662/97, 386 e 388/98

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 465/97, 258, 295, 297, 311, 385 e 396/98

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/98

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

ANEXO Nº 01

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

Protocolo nº 12073/97

Partes: **Locadora:** Associação Paranaense de Senhoras dos Deputados Estaduais - APASDE

Locatário: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Objeto: Locação de 03 (três) casas sita a rua Marechal Hermes, nºs 423, 443 e 453, totalizando a área útil das construções 532.40 m², e a área total de 1.753m², nesta Capital - Para instalação da Coordenadoria dos Serviços Médico e Fonoaudiólogo.

Valor: R\$2.720,00 - Total mensal
(Dois mil setecentos e vinte reais)

Valor Total do Exercício: R\$32.640,00
(trinta e dois mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência: **Inicial:** 05.01.1998 - **Final:** 05.01.2001

Empenho nº 0018D001576 **Exercício de:** 1998

Dotação orçamentária: 33904603

Curitiba, em 05.01.98.

(a) ABIB MIGUEL -Diretor Geral